

# COMITÊ do ITAJAÍ

## AGÊNCIA DE ÁGUA

### 1 **ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA NÚMERO VINTE E QUATRO DO COMITÊ** 2 **DO ITAJAÍ, realizada em 23 de setembro 2010.**

3 Aos vinte e três dias do mês de setembro de dois mil e dez, às 09h00min, reuniram-se no  
4 Auditório da Secretaria de Desenvolvimento Regional de Blumenau, sito à Rua Braz Wanka,  
5 238, no município de Blumenau, membros do Comitê do Itajaí e demais convidados. O  
6 presidente Tercílio Bonessi iniciou com boas vindas e agradeceu a presença de todos. Solicitou  
7 inclusão na pauta de dois itens: Balanço 2009 e Homenagem aos integrantes do Piava. Colocou  
8 em votação o Balanço 2009, que recebeu 12 votos favoráveis e 2 abstenções. A segunda  
9 solicitação de inclusão de pauta, homenagem aos integrantes Projeto Piava, foi colocada em  
10 votação pelo presidente sendo aprovada com 14 votos. **1) Aprovação da ata da 23ª AGE de**  
11 **06/05/10.** Com a palavra, Tercílio falou que a minuta da ata esta disponível no site do comitê. Os  
12 representantes das instituições-membro falaram que esse documento foi disponibilizado com  
13 pouca antecedência da assembleia. Wilando sugeriu deixar para aprovação na próxima  
14 assembleia. Foi aprovada a sugestão com 12 votos. **2) Eleição do Conselho Fiscal da**  
15 **Agência. Beate falou do Conselho Fiscal,** composto de seis pessoas, sendo três titulares e  
16 três suplentes. Essas pessoas são representantes das instituições membro do Comitê do Itajaí,  
17 ou seja, as entidades podem indicar pessoas. É importante lembrar que os membros do Comitê  
18 são as organizações, entidades. Cada pessoa representa uma entidade, no conselho fiscal,  
19 passa a ser pessoa física. Quem se candidata para ocupar esse espaço? Aldo Kaetsner  
20 questionou: se o conselho fiscal é da Fundação Agência de Água, não deveria ser uma  
21 Assembleia da Fundação Agência de Água a votar essa questão? Beate respondeu que não,  
22 pois conforme o estatuto da Fundação, o artigo número 4 traz: "o conselho fiscal é composto por  
23 três membros efetivos e três membros suplentes, eleitos pela assembleia geral do Comitê, com  
24 mandato de dois anos". Manifestaram-se as entidades SIMMMERS - Sindicato das Indústria  
25 Metalúrgicas, Mecânicas e do Material Elétrico de Rio do Sul; UCAVI - União das Câmaras de  
26 Vereadores do Alto Vale do Itajaí; SINTEX - Sindicato das Indústrias de Fiação e Tecelagem e do  
27 Vestuário de Blumenau. Em seguida as três entidades foram consultadas sobre se poderiam  
28 indicar os respectivos suplentes. A assembleia concordou. Sendo assim, ficaram titulares os  
29 senhores: Aldo Kaestner, Mauri Fernando de Souza, e Paulo Vinicius Heinzen, e suplentes os  
30 senhores Cleber Andrei Seemann Stassun, Gerson Chaves Cabral e Antonio Wilson Ieski Junior.  
31 O presidente submeteu os nomes à votação. Aprovados com 18 votos. Beate salientou que o  
32 Comitê encaminhará à Fundação indicação via ofício dos nomes das pessoas físicas que  
33 compõe o Conselho Fiscal. Dando continuidade aos trabalhos o presidente chamou o contador  
34 da Fundação Agência de Água, Ademair Maiocchi, para apresentar o balanço. **3) Balanço 2009.**  
35 Maiocchi apresentou o exercício de 2009 comparado com 2008. Falou do patrimônio conseguido  
36 através dos projetos da Petrobras. Destacou que temos R\$ 461.000,00 bruto, a destacar temos  
37 R\$ 93.000,00 em veículos, R\$ 100.000,00 é um terreno que na via expressa. R\$ 24.000 em  
38 móveis, R\$ 67.000,00 em máquinas, R\$ 14.000,00 em bens de uso, tipo softwares,  
39 R\$142.000,00 em computadores e equipamentos, e R\$1.400,00 em investimentos na marca Selo  
40 Piava. Estes são os valores mais significativos. As contas a pagar estão equilibradas,  
41 representam apenas as obrigações de fornecedores, despesas trabalhistas, contabilizados para  
42 o passivo ativo a receber da Petrobras. Em 2009 recebemos R\$ 1.238.000,00 em aplicação da  
43 Petrobras, são valores ativos que estavam a receber. Com isso investimos R\$1.468.000,00 em  
44 recursos humanos, despesas administrativas, produção ambiental e impostos. Esses são os  
45 grandes tópicos. A prestação de contas com a Petrobras já foi feita. Em Santa Catarina temos  
46 que prestar contas com o Ministério Público Estadual. Então, independente do aval do conselho  
47 fiscal, que tem a obrigação inicial de acompanhar e submeter as contas a assembleia, ainda  
48 assim, existem os órgãos fiscalizadores do Governo Federal e Estadual que fazem a  
49 investigação. Estes são os dados gerais, se alguém tiver alguma dúvida específica posso  
50 responder em mais detalhes, temos todos os livros de contabilidade à disposição. Retomando a  
51 palavra, o presidente Tercílio Bonessi ressalta que esta prestação de contas será apreciada pelo

# COMITÊ do ITAJAÍ

## AGÊNCIA DE ÁGUA

52 Ministério Público Estadual, e, será remetida a Assembléia Legislativa, para que possamos  
53 receber o certificado de utilidade pública. Este balanço está disponível no site, foi aprovado pelo  
54 Conselho anterior, e o Conselho Fiscal que foi eleito hoje poderá também examinar. Aldo  
55 Kaestner pede a palavra e solicita a leitura do parecer do Conselho Fiscal anterior e a  
56 apresentação das pessoas do antigo Conselho. Coloca a questão: estamos aprovando uma  
57 prestação de contas da Fundação, e fazemos parte do Comitê, isso é estabelecido também no  
58 estatuto da Fundação? É o Comitê que aprova as contas dela? Ou vai haver também Assembleia  
59 da Fundação e seus instituidores para aprovarem essas contas? Beate pede a palavra e explica  
60 que não é a instituição, é o conselho de administração da Fundação que aprova, e já aprovou.  
61 Primeiro o Conselho Fiscal, depois o Conselho da Fundação e depois vai para a assembleia do  
62 Comitê. Consta do regimento do Comitê, artigo VIII - aprovar e acompanhar o orçamento, as  
63 contas e os planos de aplicação de recursos da Agência de Água;, ou seja, o comitê é quem  
64 controla a agência de água, então a decisão administrativa é do conselho de administração, mas  
65 o produto deve vir para a assembleia, tanto o orçamento, como a apreciação de contas. Maiochi  
66 pede a palavra e apresenta os nomes dos antigos conselheiros fiscais: Nilson Casas, que foi da  
67 CIDASC e está aposentado; Alexandre Zommer, que era do Samae de Timbó, e Pedro Prim, que  
68 é de Blumenau. Pedimos alguns minutos que o Maurici foi buscar o documento na secretaria.  
69 Aldo sugere para que nas próximas assembleias, um dos membros do conselho fiscal estivesse  
70 presente e que fizesse a leitura do parecer para a assembleia, ok? Isso é uma função do  
71 conselho fiscal, não da mesa, de quem vai ser a tarefa, mas eu acho que o conselho fiscal  
72 deveria se fazer presente, inclusive o atual, mesmo que são pessoas físicas que representam a  
73 personalidade de conselheiro. Maiochi pede a palavra e fala que a colocação é perfeita. Ressalta  
74 também que devido a esse motivo o presidente Tercílio falou da disponibilidade de tempo dos  
75 conselheiros. Com a palavra Tercílio Bonessi sugeriu prosseguirmos para o próximo item,  
76 enquanto aguardamos o relatório. **3) Preenchimento de vacância na Diretoria.** Tercílio solicita  
77 que Beate dê continuidade. Beate fala da composição da diretoria do comitê; presidente, vice-  
78 presidente, secretária executiva, e 9 membros que são a comissão consultiva. Essa comissão  
79 consultiva é formada por três entidades do alto vale, três do médio vale e três da foz. Dos três da  
80 foz, um usuário de água, um da população, e um órgão público. O Semasa é a entidade  
81 representante dos usuários na Foz e, substituiu o representante Murilo José da Conceição, pelo  
82 engenheiro José Adriano Kielling. Mas a comissão consultiva é eleita pela assembleia. Portanto a  
83 assembleia precisa referendar o novo representante. Nesse caso tanto concorre o novo  
84 representante da Semasa, o engenheiro José Kielling, como poderia concorrer outra entidade  
85 representante dos usuários da região da foz, mas, não há outra entidade, pois na foz são apenas  
86 duas entidades: a Associação Empresarial de Itajaí que já está na diretoria e o Semasa. Então, a  
87 diretoria do comitê solicita à assembleia referendar o nome do novo representante da Semasa.  
88 Beate solicitou a presença de José Adriano que se apresentou como engenheiro, funcionário  
89 público do Semasa desde dezembro do ano passado. Falou que a qualidade da água é a maior  
90 preocupação do Semasa. Colocou-se à disposição, e falou que se aceito for, com muita honra  
91 exercerá o cargo. Tercílio Bonessi colocou em votação. Aprovado com 18 votos. **4) Parecer da**  
92 **CT-Prevenção sobre os estudos da JICA.** Tercílio solicitou que Fabiana de Rosa Carvalho,  
93 presidente da Câmara Técnica de Prevenção, apresentasse o parecer sobre os estudos da JICA.  
94 Com a palavra Fabiana cumprimentou a todos e deu início a apresentação do parecer elaborado  
95 pela CT- Prevenção em relação as diretrizes que a missão da JICA apresentou aqui na SDR,  
96 algumas semanas atrás. Como o documento deles é traduzido do japonês tem uma certa  
97 dificuldade de interpretação. Então, tentamos simplificar a linguagem para que todos pudessem  
98 compreender o que vai ser feito pela Jica. São 11 diretrizes, que a CT traduziu em 12 diretrizes.  
99 Na 1ª coluna do documento estão as diretrizes do plano diretor, na 2ª coluna os princípios do  
100 PPRD atendidos pela diretriz, e na terceira coluna fizemos uma comparação, para ver se as  
101 diretrizes estavam de acordo com o plano integrado (PPRD), pelo qual a câmara técnica vem  
102 trabalhando. A 1ª diretriz diz como serão definidas as áreas ou regiões prioritárias de proteção

# COMITÊ do ITAJAÍ

## AGÊNCIA DE ÁGUA

103 contra enchentes. A 2ª diretriz: para cada região serão apresentados planos de medidas de  
104 prevenção de enchentes para diferentes níveis de segurança, em tempo de retorno de 5, 10, 25 e  
105 50 anos. A 3ª diretriz: o nível de segurança a ser adotado será escolhido pelas instituições  
106 participantes do projeto com o comitê em função da análise do custo benefício. A 4ª diretriz: o  
107 plano diretor de prevenção será elaborado considerando medidas de retardamento e  
108 espalhamento de cheias tal como na concepção de um controle integrado de enchentes do  
109 Japão. A 5ª diretriz: serão avaliadas medidas de atenuação de cheias, como retenção temporária  
110 das águas das chuvas das arrozeiras, construção de pequenos lagos de retenção, em  
111 combinação com o uso para irrigação em períodos de estiagem e retenção das águas de  
112 transbordamento dos rios tributários e canalização das águas dos tributários com pequenos  
113 diques. Com relação a essa diretriz o questionamento é: Lagos de retenção podem ser previstos  
114 em áreas não agrícolas? O efeito dessas medidas sobre a bacia pode ser quantificado, para  
115 facilitar a tomada de decisão? A Jica disse que serão avaliadas todas as medidas, mas para que  
116 possamos tomar a decisão de optar por uma ou outra necessitamos ter tudo quantificado. A 6ª  
117 diretriz: Será avaliado o aumento da capacidade de armazenamento, contenção nas barragens  
118 sul e oeste, através da elevação da altura do vertedouro e aumento da capacidade de descarga  
119 nas galerias de modo a incrementar prevenção das enchentes em Taió e Rio do Sul. Ficaram  
120 alguns questionamentos quanto a essa diretriz: Como esta medida vai afetar Ituporanga, Aurora  
121 e Rio do Oeste? Como fica a questão da segurança das barragens com o aumento da carga?  
122 Quanto as questões de segurança, como isso vai ser visto? São essas informações que  
123 precisamos ter. A diretriz 7ª : Devem ser mantidos os usos atuais das áreas de pastagens e  
124 arrozeiras localizadas às margens do rio Itajaí-açu nos municípios de Gaspar e Ilhota, que  
125 servem de planície de retardamento das enchentes (eficazes para a redução das vazões de  
126 enchentes), beneficiando principalmente a cidade de Itajaí. Os questionamentos são Ilhota  
127 também vai ser beneficiado com essa medida? Como a ocupação dessas áreas depende de  
128 normalização estabelecida pelo plano diretor municipal, fica a pergunta: Se a manutenção de  
129 determinada área tem influência nas inundações do município a jusante, como exigir que o  
130 município em questão faça manutenção dessas áreas em benefício de outro município? Há  
131 possibilidade de intervenção do Estado nessas questões? A diretriz 8ª: Rio do Sul, Blumenau,  
132 Gaspar e Itajaí são os municípios com potencial para serem prioritários, como indica a primeira  
133 diretriz , . Nesses municípios, além das medidas de retenção a montante já mencionadas, serão  
134 examinadas possíveis medidas complementares, de acordo com as características das  
135 inundações e do plano diretor urbano de cada município. O questionamento da CT é: As  
136 possíveis medidas complementares são criação e construção de planícies de inundação? A 9ª  
137 diretriz: Serão formuladas medidas para a cidade de Itajaí contemplando: a) O problema de  
138 refluxo das águas de enchentes do rio Itajaí-açu para o rio Itajaí Mirim, além da influência da  
139 maré, b) o problema de transbordamento das águas do rio Itajaí Mirim, c) insuficiência de  
140 drenagem das águas pluviais na zona urbana. A diretriz 10ª: Em toda a bacia hidrográfica  
141 existem muitas residências irregulares dentro do canal dos rios tributários principais, portanto  
142 medidas de mitigação de inundações bruscas requerem um plano de zoneamento e  
143 regulamentação de uso do solo, tanto urbano, quanto rural. O questionamento é: O mesmo pode  
144 valer para enchentes graduais? A 11ª diretriz: Adoção de medidas de retenção de água  
145 dificilmente poderá manter um alto grau de segurança, por exemplo, para um período de retorno  
146 de 50 anos, ou seja, todas essas pequenas medidas de retenção espalhadas pela bacia, atingem  
147 um nível de segurança x, mas muito provavelmente um nível de segurança de 50 anos não serão  
148 suficientes. Então, no caso de Blumenau e Gaspar a instalação de planícies de inundação como  
149 forma de alargamento do leito secundário do rio poderá ser necessária, como trata a diretriz nº 8.  
150 E, no caso de Itajaí a medida complementar pode ser o canal extravasor. O efeito do canal, além  
151 de reduzir o nível da enchente de Ilhota e Itajaí, é de distribuir o sedimento entre o rio e o canal, e  
152 dessa maneira beneficiar os portos, então esse canal teria duas funções: diminuir as inundações  
153 nestes municípios e distribuir o sedimento. A CT questiona: Despejar os sedimentos no oceano

tb

# COMITÊ do ITAJAÍ

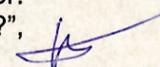
## AGÊNCIA DE ÁGUA

154 para gerar efeito positivo para os portos é a melhor solução para o problema da produção de  
155 sedimentos na bacia? Obras de retenção de sedimentos nos tributários não seria uma alternativa  
156 ao canal? A 12ª diretriz: Em relação às planícies de inundação haverá necessidade de executar  
157 um programa de recuperação de mata ciliar do plano de recursos hídricos da bacia do Itajaí. São  
158 estas as diretrizes com relação às enchentes. Para o controle de escorregamentos há duas  
159 diretrizes: A primeira delas que corresponde a 13ª diretriz: Serão propostas medidas não  
160 estruturais para regiões onde há maior número de beneficiários e também medidas abrangentes  
161 para toda a bacia. Ambas as medidas serão integradas com o controle de enchentes. E ficou o  
162 questionamento: **Poderíamos considerar a montagem de infra-estrutura e sistema de alerta**  
163 **de escorregamentos na bacia um exemplo destas medidas?** Esta medida estaria dentro das  
164 que eles virão a propor? A segunda, que corresponde a 14ª diretriz: Em relação aos  
165 escorregamentos serão propostas medidas estruturais de infra-estrutura básica na região de  
166 maior concentração populacional. Dentre as medidas estruturais podemos exemplificar a  
167 estabilização de encostas e obras de drenagem. E temos ainda diretrizes referentes à prevenção  
168 e alarme de enchentes: 15ª diretriz: Será proposta uma rede integrada de equipamentos e  
169 instrumentos de medição e unificação das estruturas de monitoramento hídrico e pluviométrico  
170 de toda a bacia do Itajaí. O questionamento nesse caso é: E as propostas de monitoramento das  
171 sub-bacias hidrográficas urbanas, como ficam nessa questão? A 16ª diretriz: Será proposta a  
172 criação de uma estrutura para a gestão hídrica, e a Beate colocou uma observação: seria  
173 integrada para solucionar os problemas hidrológicos e hidráulicos da bacia como um todo,  
174 identificando as áreas de risco de inundações. A 17ª e última diretriz: Serão propostas melhorias  
175 na metodologia de prevenção de enchentes considerando, além do nível da água, o volume da  
176 vazão e o índice pluviométrico. Assim, podemos concluir que as diretrizes apresentadas pela  
177 JICA estão de acordo com o PPRD, que é parte do plano de bacia, então, poderiam ser  
178 aprovadas, mas os questionamentos levantados pela CT devem ser respondidos pela Jica para  
179 termos mais clareza do que será proposto. Com a palavra, Beate pergunta se existem  
180 questionamentos. Lembra que foi acertado entre e Japão e o Governo do Estado um  
181 financiamento inicial de 50 milhões de dólares, ou seja, é um empréstimo do Governo do Estado  
182 para investimentos definidos neste plano. O Comitê do Itajaí tem um papel fundamental no  
183 processo decisório. Por isso criamos a CT Prevenção de Desastres, incorporando a antiga CT-  
184 Cheias, para fazer o acompanhamento do projeto da JICA. A CT reuniu-se com a JICA, está  
185 acompanhando as discussões e trazendo para o comitê. Depois da 1ª apresentação em abril, a  
186 missão JICA apresentou-se para a sociedade. Foram feitas 72 entrevistas, muitas conversas com  
187 os órgãos municipais para conhecer os problemas de cada lugar e, partindo destes estudos  
188 foram geradas as diretrizes, com base no PPRD. Agora cabe ao Comitê do Itajaí manifestar-se  
189 sobre este parecer, e, depois será encaminhado à FAPESC, à comissão JICA que, depois desta  
190 formulação de diretrizes, começa a elaboração das medidas. Mais tarde teremos as audiências  
191 públicas, que serão organizadas pelo Comitê do Itajaí. Com a palavra, o presidente Tercílio  
192 Bonessi agradece a apresentação da Fabiana e a colaboração dos integrantes da CT-Prevenção.  
193 Em seguida abre-se espaço para os questionamentos. Alexandre Prada diz que ficou um pouco  
194 assustado, por ser complexo, pelas questões dos impactos sociais, ambientais, dos canais, e o  
195 que poderá mudar até o litoral etc. Beate diz que o importante agora é ter clareza da metodologia  
196 que está sendo adotada. Até agora só propuseram-se diretrizes, à partir das diretrizes virá a  
197 discussão das medidas. Agora temos que entender este pacote. O próximo pacote será colocado  
198 em discussão dias 16, 17 e 18 de novembro, ou seja, agora temos que nos posicionar sobre as  
199 diretrizes, para, com base nos questionamentos feitos pela CT-Prevenção, influenciar o grupo  
200 que está trabalhando nestas medidas em Florianópolis. O professor Diomário, presidente da  
201 FAPESC pediu que o Comitê do Itajaí indicasse especialistas das universidades para participar  
202 da elaboração das medidas. Indicamos 4 professores da FURB e 2 professores da UNIVALI para  
203 acompanhar. Porém, é necessário acompanhar de perto, esse é o papel da CT-Prevenção, um  
204 trabalho difícil. A Fabiana está tendo dificuldade em trazer as pessoas para discutir, por se tratar

# COMITÊ do ITAJAÍ

## AGÊNCIA DE ÁGUA

205 de um estudo longo. Depois vamos para a discussão das medidas e temos que entender a  
206 escolha do nível de segurança, o que está sendo difícil definir, porque são coisas muito  
207 complexas. O nível de segurança, e as medidas correspondentes é o que estará em discussão  
208 nas audiências públicas no final de novembro. Francieli Junges sugere integrar a pergunta do  
209 Alexandre sobre avaliação de impactos, sociais e ambientais. Sugestão aceita. O presidente  
210 Tercílio Bonessi coloca em votação o parecer com a inclusão da sugestão do Alexandre. Parecer  
211 aprovado com 23 votos. Tercílio dá continuidade aos trabalhos passando a palavra para a Beate  
212 que esclarece que a secretaria do comitê recebeu dois pedidos tratando do plano de enchentes,  
213 que não foram examinados pela Câmara Técnica devido à preocupação em entender primeiro as  
214 diretrizes que acabamos de examinar. Recebemos em 29/06, da Cravil, de Rio do Sul, proposta  
215 de contenção de enchentes pelas arrozeiras, a ser inserida no plano da JICA. Da mesma forma  
216 recebemos em 05/05 uma cópia do documento que foi ao governador do Estado assinado pelos  
217 vereadores: Jens Juergen Mantau, de Blumenau, Antonio Fink, de Indaial, Guilherme Voigt  
218 Junior, de Timbó, Cássio Berri, de Rio dos Cedros e representante da comunidade do Rio  
219 Benedito sobre o interesse de que as barragens da Celesc situadas naquela bacia também  
220 sejam gerenciadas de forma a contemplar a prevenção de cheias. É a visão do uso múltiplo da  
221 infra-estrutura hidráulica, semelhante ao que se quer com a agricultura, que a infra-estrutura de  
222 produção de arroz também seja usada para o controle de enchentes. São duas propostas muito  
223 interessantes, foram recebidas, e devem ser analisadas exatamente dentro daquelas diretrizes,  
224 pois as ações tem que ser integradas, olhadas em conjunto. Isso é tarefa para a CT-Prevenção,  
225 que precisa de reforço. O segundo assunto: a comissão JICA, em função do cronograma, para  
226 finalizar tudo o que se propôs a fazer, precisa terminar até o final deste ano o plano diretor, ou  
227 seja, o conjunto de medidas a serem propostas para a prevenção de enchentes e de desastres.  
228 Para isso, as audiências públicas, que serão promovidas pela comissão JICA e pelo Comitê do  
229 Itajaí, foram definidas para 16/11/2010 na câmara de vereadores de Itajaí, para 17/11/2010 na  
230 câmara de vereadores de Blumenau e para 18/11/2010 na câmara de vereadores de Rio do Sul.  
231 A próxima etapa é para o próximo ano, que é o estudo da viabilidade econômica das medidas,  
232 mas a decisão será tomada a partir das audiências públicas. Então, por favor, agendem-se.  
233 Tínhamos definido no ano passado que a segunda assembleia ordinária de 2010 ocorreria no dia  
234 24/11/2010, e embora na última assembleia do ano teríamos que aprovar o orçamento para  
235 2011, o fato é que a secretaria do comitê não tem como cuidar de 3 audiências públicas e fazer  
236 uma assembleia na semana seguinte. A proposta é não fazermos a assembleia e deixar o plano  
237 de trabalho e o orçamento para o ano que vem. Então, esta é a proposta e devemos aprová-la,  
238 ou não. Carlos Alberto Rockenbach solicita a palavra para fazer um esclarecimento em relação a  
239 solicitação feita pelos vereadores. Posteriormente à correspondência foi realizada uma reunião  
240 na prefeitura de Rio dos Cedros, com a presença do prefeito, representantes da Celesc, do  
241 Deinfra, da Secretaria de Desenvolvimento Regional de Timbó, representantes da SDS e da  
242 equipe JICA. A preocupação é com a forma de colocar, na verdade a Celesc já exerce através  
243 de suas barragens uma mitigação do efeito das chuvas, já existe um controle, um  
244 monitoramento, todo o cuidado de forma a manter preservadas as cidades que se localizam a  
245 jusante. Definiu-se nesta reunião que serão incrementados estudos no sentido de aprimorar  
246 essas estruturas de APPS (contenção?). Esta manifestação é simplesmente para que não fique  
247 de uma forma subliminar, dito aqui, que a responsabilidade pelo controle de cheias na sub-bacia  
248 do rio Benedito é de responsabilidade da Celesc, o que não é. Com a palavra Tercílio retoma a  
249 questão da data da assembleia e sugere fevereiro. Aprovado com 22 votos e 2 abstenções o  
250 adiamento da assembleia de novembro para 24 de fevereiro. Beate retoma a palavra e fala que  
251 temos mais um assunto em relação as diretrizes da Jica. Tomamos conhecimento desta diretriz  
252 no final de julho, numa reunião convocada pela comissão JICA, com o secretário Raimundo  
253 Mette. Estávamos: eu pelo comitê, a Fabiana pela AMMVI, a Nôemia da Furb e o Guilherme do  
254 Deinfra. Na reunião, do dia 27 de julho, foram expostas as diretrizes e na oportunidade o Sr.  
255 Raimundo Mette perguntou "o que significam estas propostas e medidas nos afluentes dos rios?",



# COMITÊ do ITAJAÍ

## AGÊNCIA DE ÁGUA

256 o que foi pertinente e gerou uma discussão grande pelo conflito de algumas dessas medidas aqui  
257 sugeridas, com certas ações que aparentemente estão fora de controle dos municípios, que diz  
258 respeito ao problema dos cortes de morros e dos aterros, das ações de terraplanagem. O grupo  
259 imediatamente decidiu consultar o Ministério Público para ver como a questão pode ser melhor  
260 articulada. Então, ocorreu reunião no MP de Blumenau, com o Dr. Luciano Trierweiler  
261 Naschenweng, na qual participamos eu, o assessor do Raimundo Mette, e a professora Noêmia.  
262 Surgiu a proposta do comitê fazer uma representação ao MP, solicitando um inquérito  
263 administrativo para levantar, junto a algumas prefeituras, a forma como elas estão lidando com  
264 este assunto, para termos um breve diagnóstico, e à partir disso, discutir com os municípios  
265 como lidar com estas atividades tendo em vista a problemática dos desastres e esse novo projeto  
266 JICA. A pergunta é: o comitê quer fazer este pedido ao MP? Temos aqui um documento, feito  
267 pela Noêmia, ela introduz o que aconteceu em novembro de 2008, justifica as características  
268 naturais e sociais, uma explicação desses movimentos de massa, a relação com o uso do solo, o  
269 problema dos cortes, o que já foi constatado em relação aos cortes, aos aterros, e constata  
270 infelizmente que mesmo depois da tragédia o poder público não orienta, não fiscaliza e não  
271 proíbe os cortes, pelo contrário também os faz. A grande maioria dos cortes é utilizada para  
272 aterro de baixadas, várzeas ou leitos secundários dos rios e ribeirões, e por sua vez esses  
273 aterros, sem compactação ou dispostos sobre a vegetação existente, localizados às margens de  
274 rodovias ou em loteamentos são instáveis e tendem a escorregar durante ou após o período de  
275 chuva, quando em baixada ocupam áreas destinadas à prevenção de enchentes, aumentando o  
276 risco de inundação nas demais áreas. Segue o histórico do plano integrado, seus objetivos e  
277 metas, e finalmente o que foi incorporado no plano de bacia nas metas 30 e 32: ter um projeto de  
278 lei para regulamentação da terraplanagem, que possa ser discutido em 2012 e ter o projeto JICA  
279 em 2011. Segue a minuta: Diante do processo acelerado, após o desastre de 2008, de cortes de  
280 morros e aterros de áreas de baixadas, várzeas e leitos secundários de rios e ribeirões, sem  
281 seguir critérios técnicos rigorosos e fiscalização por parte do poder público, o Comitê do Itajaí  
282 requer: 1º "a instalação de inquérito civil para apurar os procedimentos adotados pelos  
283 municípios de Blumenau, Gaspar, Brusque e Ilhota, bem como pela FATMA e pelo CREA, para  
284 concessão de autorização e para o controle e fiscalização das referidas atividades de cortes de  
285 morros e aterros". 2º "a instalação de inquérito civil para apurar a quantidade de empresas que  
286 prestam serviços de terraplanagem, procedimentos técnicos adotados, responsáveis técnicos  
287 pelos projetos, áreas exploradas e volume de solo movimentado." A minuta está em discussão.  
288 Paulo Vinício Heinzen, representante do Sintex, solicita a palavra. Diz que entende que antes do  
289 encaminhamento à promotoria pública, o Comitê deveria solicitar informações aos principais  
290 interessados, ou seja, aos municípios de Blumenau, Gaspar, Brusque, Ilhota etc. Caso não seja  
291 suficiente, aí sim, encaminhar ao MP. É mais simpático e não vai criar constrangimento ou  
292 diferenciação com os demais municípios. Aristheu Formiga, representante do sindicato dos  
293 jornalistas de Santa Catarina, solicita a palavra. Diz que entende que o município pode, ou não,  
294 dar informações. Ele não tem obrigação de atender o Comitê, entretanto, se o MP solicitar aos  
295 municípios, eles terão de responder, e avançaremos no processo. Existe, na sua visão, uma  
296 certa resistência de setores municipais em atender as nossas solicitações, então proponho sim  
297 que o MP decida se é necessário ou não, embora eu considero que seja necessário. Maria  
298 Izabel, vice-presidente do Comitê, solicita a palavra. Diz que os municípios são parte integrante  
299 do comitê, e pela experiência, acha que todo o trabalho positivo que o comitê fez, às vezes por  
300 medidas assim, acaba dando outra imagem, uma imagem negativa. Então, acredita ser  
301 interessante solicitar ao município, com prazo. Se não recebermos resposta, aí passamos para  
302 uma medida mais drástica. Obrigada. Odair Fernandes solicita a palavra e diz que, seguindo a  
303 linha da Maria Izabel, se o município não se manifestar, pode-se solicitar ao CREA e à FATMA,  
304 fiscalizadores, que estão acompanhando de fato o que está acontecendo, e não envolver o MP.  
305 São os 50 membros que aprovaram, mas geralmente o presidente e o secretário executivo que  
306 acabam arcando com o compromisso. Tercílio Bonessi retoma a palavra dizendo que o os órgãos

# COMITÊ do ITAJAÍ

## AGÊNCIA DE ÁGUA

307 licenciadores e fiscalizadores são um grande problema, por isso que ocorrem as ocupações  
308 desordenadamente, porque falta fiscalização. Aldo Kaestner se manifesta falando que segue a  
309 sugestão do Odair: perguntar. Se formos posteriormente ao MP, essas negativas de informação  
310 não serão suficientes, vão reforçar a solicitação do MP. Agradece. Ivanor Boing, prefeito de Vitor  
311 Meirelles, solicita a palavra e manifesta-se em nome dos municípios, representando a AMAVI e  
312 compartilha com a idéia da Maria Izabel, e do Odair, de solicitar aos municípios, sensibilizando  
313 cada vez mais os prefeitos nessa linha. Com a palavra, Fabiana de Carvalho Rosa fala que,  
314 como vimos no parecer, vamos precisar da parceria dos municípios, e, com o MP, vamos criar  
315 um afastamento e não uma aproximação. Concorda com a solicitação aos municípios, mas em  
316 virtude da assembleia em fevereiro, devemos definir prazos. Valter Conrado Araújo ressalta dois  
317 pontos: 1º, todo município deve ter uma norma que preveja a atuação das entidades  
318 fiscalizadoras. Então, acredita que o comitê poderia tentar com os municípios, caso não possuam  
319 essa normatização própria, que se crie uma normatização. E em 2º, não vê porque só quatro  
320 municípios seriam abordados. Essa ação deve abranger toda a bacia. Carlos Alberto  
321 Rockenbach se manifesta falando que muitos municípios têm convênio com a FATMA e têm  
322 atividades delegadas de licenciamento de terraplanagem. Temos que pensar nas fundações  
323 municipais de meio ambiente, nas secretaria de meio ambiente e não podemos esquecer que  
324 muitos municípios vão além, tomaram iniciativa de elaborar a lei municipal. Por exemplo, o  
325 município de Brusque apresentou uma proposta de plano de trabalho. Nilton Theilacker, da  
326 Secretaria de Planejamento de Timbó, manifesta-se dizendo concordar com a proposta do Valter.  
327 A bacia é grande, e temos que nos preocupar com todos. O problema é político também. Em  
328 Timbó, os aterros estão tomando conta e a fiscalização, a própria legislação às vezes não é  
329 eficiente ou suficiente e cada dia que se perde é mais um aterro que é formado, então é urgente  
330 que se faça em toda a bacia. Amarildo, da secretaria de meio ambiente de Indaial, diz que na  
331 prática, esta questão é muito complexa. Em Indaial existe o Conselho Municipal do Meio  
332 Ambiente, foi feita uma resolução sobre a atividade de terraplanagem e enfrentamos dificuldades  
333 para fiscalizar a atividade, que ocorre geralmente nos finais de semana quando não existe  
334 fiscalização. A prefeitura tem uma grande parcela de culpa nessas atividades de fim de semana,  
335 e até a desenvolve ela mesma, sem autorização. Autorizamos as atividades de porte maior, mas  
336 não cobramos, por exemplo, um relatório de impacto ambiental das atividades e definição de  
337 áreas de refúgio das águas. Ao considerar que atuamos com autorização por mais de 5 anos, e  
338 não temos esses dados, por serem informações complexas, é que teremos dificuldade de  
339 responder. Com a palavra Beate sintetiza as sugestões: 1º para todos os municípios. 2º incluir a  
340 pergunta se há legislação própria para o assunto. 3º estabelecer prazos para entrega das  
341 informações e questionar a FATMA e o CREA com prazo de dois meses, pode ser? Tercílio  
342 Bonessi retoma a palavra colocando em votação. Aprovado com 25 votos. **5) Proposta para o**  
343 **monitoramento do Plano da Bacia.** Beate explica que o sistema de monitoramento do plano de  
344 recursos hídricos é uma das metas do plano de bacia, mas não está pronto. Existe um estudo  
345 inicial desenvolvido pela engenheira Ana Cristina, que trabalha na prefeitura de Blumenau e não  
346 pode vir. Foi acompanhado e discutido pela câmara técnica de planejamento e é uma proposta  
347 inicial de como conceber o processo de monitoramento do plano de bacia. A justificativa para o  
348 sistema são as duas metas, a meta 12 e a meta 36 do plano. A meta 12 diz que devemos ter um  
349 sistema de acompanhamento do plano implementado até 2011 e a meta 36 que devemos ter os  
350 mecanismos de acompanhamento e avaliação do plano definidos nos primeiros seis meses após  
351 a aprovação. Estamos tratando destes mecanismos e a partir disso vamos estruturar o sistema.  
352 Vai exigir um projeto para ser desenvolvido em um ano. Qual é a idéia desse monitoramento?  
353 Refere-se ao acompanhamento sistemático das atividades e do desempenho dos programas,  
354 com o objetivo de retroalimentar o plano, fornecendo insumos para correção e ajustes das ações  
355 que estão sendo adotadas. O sistema de monitoramento deve ser capaz de identificar se as  
356 metas estão sendo atingidas, se os objetivos estão sendo alcançados, quais os programas que  
357 estão funcionando, ou seja, o que está dando certo e por que, quais os programas que não estão

# COMITÊ do ITAJAÍ

## AGÊNCIA DE ÁGUA

358 funcionando, o que está dando errado e por que, se os prazos estão sendo cumpridos e se a  
359 visão de futuro para bacia do Itajaí 2030 será alcançada. Fica claro que o monitoramento e o  
360 desempenho estão atrelados, pois o processo de observação e análise deve servir para mostrar  
361 se tudo que está sendo feito está consistente com aquilo que o Comitê do Itajaí decidiu fazer por  
362 meio do plano de bacia. Um dos principais desafios que impõe a gestão pública comprometida  
363 com resultados é a produção de indicadores. A implantação de um sistema de monitoramento  
364 necessita de uma seleção prévia de indicadores que expressem as condições qualitativas ou  
365 quantitativas do que será medido e avaliado, ou seja, para fazermos monitoramento precisamos  
366 de indicadores, e a escolha dos indicadores depende dos objetivos do monitoramento, do que  
367 será monitorado e das informações que se pretende obter. A pesquisa bibliográfica feita e depois  
368 a discussão com a CT-Plan gerou a seguinte classificação, ou seja, os indicadores de  
369 monitoramento do plano devem tratar de três coisas diferentes, que são: os indicadores de  
370 desempenho ambiental, os indicadores de desempenho institucional e os indicadores de impacto.  
371 Para dar uma idéia da classificação dos indicadores vamos apresentar dois exemplos do  
372 programa de tratamento de esgoto e do programa de recuperação da mata ciliar. No caso do  
373 tratamento de esgotos, que é prioridade, os indicadores de desempenho ambiental no âmbito  
374 municipal seriam o número de doentes por veiculação hídrica registrados e a população  
375 atendida, ligada à rede coletora e com estação de tratamento dos esgotos operante. Os  
376 indicadores de desempenho institucional dos municípios seriam a estrutura de gestão municipal  
377 de saneamento criada, com fundo, política e conselho de saneamento existente, a conferência de  
378 saneamento realizada, o plano de saneamento aprovado, projetos de esgotamento sanitário  
379 elaborados, a estação de tratamento de esgoto implementada e operante e a quantidade de  
380 recursos investidos nos esgotos. Entendemos que estes são indicadores de desempenho  
381 institucional. O indicador de impacto é a qualidade de água resultante do tratamento de esgoto,  
382 ou seja, se o município não conseguir avançar nos indicadores de desempenho institucional e  
383 ambiental, nunca chegará nesse impacto. O outro exemplo é do programa de recuperação de  
384 matas ciliares. Nesse não temos indicador de impacto, por quê não estamos propondo controle  
385 de qualidade de água e de medida de vazão de todas as nascentes onde se faz recuperação, o  
386 que é economicamente inviável. Os indicadores de desempenho ambiental são o programa, o  
387 número de hectares de áreas recuperadas, o número de hectares de área recuperada perdida, o  
388 número de mudas perdidas, o percentual de áreas de APP no município, o número de  
389 propriedades com preservação de reserva legal, o número de matrizes marcadas, o número de  
390 mudas produzidas, o número de espécies produzidas, o número de mudas comercializadas. Os  
391 indicadores de desempenho institucional são: o número de membros do grupo de trabalho  
392 municipal capacitados, o número de proprietários cadastrados, o número de projetos executados,  
393 o programa municipal de recuperação de mata ciliar instituído, o manual operativo decretado, a  
394 portaria de formação do grupo de trabalho emitida, o número de horas de trabalho do GTM e o  
395 sistema de gerenciamento de mudas em operação. Então, a idéia é monitorar o desempenho  
396 ambiental, o desempenho institucional e o impacto na bacia; gerar índices que mostrem os  
397 avanços dos programas, quais metas estão sendo atingidas, quais programas estão com  
398 dificuldades, mostrar os municípios e sub-bacias em destaque e um ranking dos municípios, que  
399 estão se saindo melhor e menos bem. No desempenho institucional, gerar um índice que mostra  
400 os avanços dos programas, da implementação dos instrumentos, da estrutura física e legal das  
401 instituições, os municípios e sub-bacias e também o ranking. E o monitoramento do impacto seria  
402 feito por meio do sistema de informações de qualidade, mostrando como a qualidade melhora, as  
403 outorgas de lançamento realizadas, o monitoramento participativo da qualidade de água, outorga  
404 e conflitos pelo uso da água resolvidos. A ideia então é criar um sistema, dentro do SIBI, para ser  
405 acessado por todos os interessados. O sistema de monitoramento poderá ser consultado para  
406 toda a bacia. Essa é uma proposta bem inicial ainda, mas é o que se conseguiu conceber até  
407 agora para desenvolver o projeto. Este ponto de pauta não tem nada para ser aprovado. Isto  
408 ainda era tarefa do Projeto Piava, trouxemos para que vocês tomem conhecimento. **6) Projeto**



# COMITÊ do ITAJAÍ

## AGÊNCIA DE ÁGUA

409 **de intervenção em margem de rio, exemplo Itoupava Seca/Itoupava Norte Blumenau.** João  
410 Francisco Noll apresentou o projeto (em anexo) do trabalho realizado pelo Projeto Piava, com a  
411 intenção de demonstrar que é possível combinar urbanização com proteção das margens de rios.  
412 Retomando os trabalhos Tercílio Bonessi colou em votação a homenagem aos integrantes do  
413 projeto Piava, que teve suas atividades encerradas no dia 14/07/2010. Aprovado com 20 votos.  
414 **7) Homenagem aos participantes do projeto Piava.** Com a palavra Beate disse que  
415 ofereceremos um certificado de participação, uma forma de agradecimento às pessoas que  
416 trabalharam nesse projeto. As pessoas serão chamadas pelo nome, destacando os grupos em  
417 que atuaram. Educação Ambiental: Andressa Dellajustina de Castro, Anja Meder Steinbach,  
418 Graciane Regina Pereira, Graziela Silva, Juliano Albano, Katuscia Wilhelm Kangerski, Maria  
419 Amélia Pellizzetti e Tatiana Montebeller. Gestão Ambiental Municipal: Cleci Teresinha Noara,  
420 Danielle Scolaro, Ivanor Boing, João Francisco Noll, Katuscia Wilhelm Kangerski, Lucas  
421 Rudolpho, Nicolau Cardoso Neto, Sandra Irene Momm Schult. Administração: Ademar João  
422 Maiochi, Daniela Fink, Dominique Pires Ibbotson, Mauricí Imroth, Noêmia Bohn, Simone Elisa  
423 Mai. Recuperação de Matas Ciliares: Daisy da Silva Santos. Dominique Pires Ibbotson, Eduardo  
424 Adenesky Filho. Francieli Stano Torres, Hélio Puerta Neto, Lucia Sevegnani, Sheila Mafra  
425 Ghoddosi, Tatiana Montebeller. Gestão de Recursos Hídricos: Ana Cristina Cancherini Brandt,  
426 Julio Cesar Refosco, Markus Zinkhahn, Nicolau Cardoso Neto, Odirlei Fistarol, Petrick Anderson  
427 Soares, Rogério Goulart Junior, Sheila de Amorim. Comunicação: Eumar Francisco da Silva,  
428 Guarim Liberato Junior, Lourdes Maria Pereira Sedlacek, Nádia Michels. Informática: Fabio  
429 Teodoro, Gelson Santos da Silva. Conselho Editorial: Ernesto Jacob Keim, Lucia Sevegnani,  
430 Luciano Florit, Marcos Antonio Mattedi, Robson dos Santos, Sandra Irene Momm Schult. Beate  
431 agradece à todos que trabalharam no projeto e informa que a sede da Agência que é a  
432 Secretaria do Comitê, se mudou para o prédio da Secretaria de Desenvolvimento Regional de  
433 Blumenau, ou seja, hoje a administração da Agência esta dentro da estrutura administrativa do  
434 Governo do Estado que com certeza é um dos resultados de todo esse trabalho. **7) SIBI**  
435 **recuperação da mata ciliar.** Com a palavra Sheila Ghoddosi, bióloga, inicia a apresentação  
436 salientando que o SIBI mata ciliar é uma meta do Plano de Bacia para ser implantada em 2011,  
437 mas já esta em processo de construção e muitas ferramentas já estão finalizadas. O SIBI  
438 recuperação de mata ciliar é justamente uma ferramenta, um módulo do SIBI que tem como  
439 objetivo principal mostrar todas as ações de recuperação de mata ciliar e também as ferramentas  
440 que auxiliam os municípios nesse processo de recuperação. Esta sendo utilizado na gestão da  
441 recuperação municipal, ou seja, os municípios terão acesso ao cadastro de áreas em processo  
442 de recuperação e cadastro de novas áreas para recuperação. A última etapa desse módulo  
443 aborda o selo Piava de Neutralização de Carbono. Em relação ao histórico, temos o inicio das  
444 ações em 1999 com diagnóstico relatando a necessidade da recuperação. Em 2001 o comitê  
445 aprovou o programa de recuperação de matas ciliares e o histórico do Projeto Piava de 2005 a  
446 2008 ano em que se elaborou proposta de programa municipal de conservação e recuperação de  
447 matas ciliares, encaminhada aos municípios. Temos orientações das ações da recuperação de  
448 matas ciliares, este material foi produzido é o caderno de recuperação. No ícone municípios  
449 temos uma tabela dos 21 municípios que já aprovaram a lei municipal da recuperação de mata  
450 ciliar. Além disso, temos o manual operativo, um instrumento que o município utiliza para  
451 executar a recuperação imposta pelo programa municipal. Depois temos uma ferramenta muito  
452 importante que são as áreas, são os cadastros, o primeiro cadastro é das áreas recuperadas.  
453 Temos toda a relação das áreas que o Projeto Piava recuperou de 2005 a 2007. Além disso,  
454 temos ainda o cadastro municipal, uma área restrita, na qual o responsável do município possui  
455 *login* e senha, possibilitando acesso a uma tabela para cadastrar os proprietários do município e  
456 interessados em recuperar. Temos a relação dos viveiros conveniados com a Fundação. E  
457 depois temos o selo Piava, que é um instrumento do programa regional de neutralização de  
458 carbono. É uma certificação para as empresas que querem trabalhar com projeto de  
459 responsabilidade sócio ambiental. Como ele acontece? A empresa precisa fazer um inventário

# COMITÊ do ITAJAÍ

## AGÊNCIA DE ÁGUA

460 para conhecer quais são as suas emissões de gases de efeito estufa e depois faz se a conversão  
461 para o tamanho de área que tem que ser recuperada e depois vem a execução do projeto que é  
462 selecionar uma área. Toda seleção desta área será feita por meio do cadastro regional de  
463 demandas. Temos aqui as empresas que já estão certificadas pelo Selo Piava de Neutralização  
464 de Carbono, que são a Contabilidade Direcon, Heidrich Cartões Reciclados e a Fritz Mueller.  
465 Temos aqui os parceiros como a ACIB de Blumenau para a divulgação não só do selo, mas  
466 como apoiadores da recuperação de matas ciliares na bacia do Itajaí, obrigada. **8) Relato do GT**  
467 **Cobrança;** Com a palavra Odair Fernandes cumprimentou os presentes e inicio o relato. Após a  
468 aprovação do Plano de Bacia houve a necessidade da discussão do modelo de cobrança a ser  
469 implementado. Criou-se um grupo técnico com representantes da Karsten, Têxtil Farbe, Kily,  
470 Hering, Têxtil Renaux, Tekka, Pamplona Frigorífico Riosulense, Coteminas, WEG, Sintex, ACIRS,  
471 AMAVI, UCAVI e outros. Temos trabalhado de maneira objetiva para tentar encontrar um  
472 coeficiente que de fato seja justo e possível de ser efetuado e implementado. Será realizado um  
473 Workshop com apresentação de varias regiões hidrográficas do país, e queremos através dessas  
474 palestras saber o que se tem no país hoje. E depois, continuaremos os trabalhos para trazer para  
475 o Comitê. Beate) retoma a palavra e apresenta o parecer sobre balanço no período de 1º de  
476 janeiro de 2009 até 31 de dezembro de 2009 emitido pelo Conselho Fiscal que tem o prazer de  
477 declarar que os balanços e as contas referentes ao exercício financeiro de 2009 até 31 de  
478 dezembro de 2009 encontra-se na mais perfeita ordem. O parecer é datado de 06 de maio de  
479 2010 e assinado por Alexandre Zomer, Pedro Prim e Nilson Casas. Foi o último trabalho deste  
480 Conselho Fiscal. Tercílio Bonessi coloca em votação. Parecer aprovado com 19 votos. **9)**  
481 **Semana da Água 2010; e 10) Lançamento do caderno síntese do Plano de Bacia.** Com a  
482 palavra Anja inicia relatando que o Caderno Síntese é um produto da Semana da Água. Foi a 12ª  
483 Semana da Água e com a conclusão do Plano de Bacia e a necessidade de disseminá-lo, torná-  
484 lo popular criou-se o Caderno Síntese do Plano que possui uma linguagem menos técnica para  
485 que a sociedade realmente entenda e se aproprie dele. Anja passa a palavra para Albertina, que  
486 parabeniza o Comitê do Itajaí pelo trabalho. **11) Informes da Secretaria.** a) Com a palavra Beate  
487 comunica que foram produzidos 3.000 exemplares do caderno síntese. b) O Comitê indicou os  
488 professores: João Luiz Carvalho, Juarez Aumond, Edson Silva, Dirceu Severo e Mario Tachini  
489 para acompanharem a 2ª etapa do projeto Jica. c) As audiências públicas do projeto Jica  
490 ocorreram nos dias 16, 17 e 18 de novembro, em Itajaí, Blumenau e Rio do Sul, nas respectivas  
491 câmaras de vereadores. d) Foi aprovada lei 12.334 em 20 de setembro que estabelece a política  
492 nacional de segurança de barragens destinadas à acumulação de água para quaisquer usos, a  
493 disposição final temporária de rejeitos e acumulação de resíduos industriais. Ela cria um sistema  
494 nacional de informações sobre a segurança de barragens e altera a redação do artigo 35 da lei  
495 9.433 de janeiro de 1997, ou seja, a lei das águas e também a 9.984, lei da ANA. Com essa lei  
496 existem novas atribuições para o sistema de recursos hídricos. O artigo 35 da lei 9.433, trata das  
497 atribuições zelar pela implementação da política nacional da segurança de barragens,  
498 estabelecer diretrizes para implementação desta política, aplicação de seus instrumentos e  
499 atuação do sistema nacional de informações sobre segurança de barragens, apreciar o relatório  
500 de segurança de barragens, fazendo-se necessário recomendações para melhoria da segurança  
501 das obras bem como encaminhar ao congresso nacional. Para a ANA – Agência Nacional de  
502 Águas, passa a vigorar nas suas competências, no artigo 4º – organizar e implantar o sistema  
503 nacional sobre as informações sobre a segurança de barragens, promover a articulação entre os  
504 órgãos fiscalizadores de barragens e coordenar a elaboração do relatório de segurança de  
505 barragens. Com isso, a segurança da barragem é atribuição do âmbito Federal. e) Tercílio e eu  
506 participamos da oficina do Atlântico Sul sobre a revisão do Plano Nacional de Recursos Hídricos,  
507 que completa 5 anos em janeiro e está sendo revisado. f) A Secretaria do Comitê possui nova  
508 sede, na rua Braz Wanka, 238 – Sala D 210. Vila Nova. SDR Blumenau – SC. Tercílio Bonessi  
509 deu por encerrada a Assembleia. Sem mais nada a declarar, eu, Beate Frank, lavro a presente  
510 ata que vai assinada por mim e pela Presidente do Comitê do Itajaí. 13h10min